



Júlio Fernandes

A catedral e o Palácio dos Arcos, sede do Itamaraty, dois monumentos do Plano Piloto, que será tombado pela Unesco como patrimônio cultural da Humanidade

Brasília, polêmico patrimônio cultural

BETÂNIA MASCARENHAS

O conselho da Unesco, reunido em Paris, deverá anunciar oficialmente até o dia 12 a inclusão de Brasília na lista dos 300 monumentos considerados patrimônio cultural da humanidade. Não há dúvidas de que, apesar de seus 27 anos, Brasília tem méritos para figurar ao lado das seculares cidades brasileiras de Ouro Preto (MG) e Olinda (PE), que já receberam esta distinção. Mas já surgem polêmicas.

O problema é que "o decreto restringe Brasília ao Plano Piloto, quando há monumentos testemunhais no DF inteiro, a exemplo do 'acampamento de obras' da Vila Planaltina, onde até a população ainda não pulverizada deve ser preservada," diz a arquiteta Brianne Bicca. Ela integra o Grupo de Trabalho de Brasília, instalado pelo Sphan/Pro-Memória para estudar áreas de preservação do DF desde 1981. Esclareceu que o decreto não trata de tombamento, mas de preservação. O que sujeita Brasília a uma legislação de controle urbanístico menos rigorosa do que a inscrito da cidade no "livro do tombo" da Unesco. "O importante é que esta preservação não venha a cristalizar a cidade, impedindo sua dinâmica e modificações naturais", ressaltou Brianne. O produto de seis anos de

trabalho do GT não foi considerado pelo governador do DF, durante a elaboração do decreto de tombamento de Brasília, "Um decreto feito às pressas e sem delimitação clara das áreas" — diz Brianne — "que poderá inclusive ser revogado pelo próprio governador. Sua rigidez não nos preocupa, mas a omissão. Pois, no setor hoteleiro poderão ser aprovados edifícios de alto luxo com nome de apart-hotel". E faz uma citação do "Brasília Revisitada" (um projeto de modificação elaborado por Lúcio Costa): "Como iremos preservar uma coisa que é só uma mancha no mapa?"

Brasília não tem uma legislação de uso de solo e conta com um código de obras de 1960, em constantes revisões. "Como não temos Câmara de vereadores, toda decisão urbanística e do interesse do 1,8 milhão de habitantes passa pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (Cauma), reclamou a professora do Departamento de Urbanismo da UNB, Maria Elaina Kohlsdorf. Ela descarta a confecção de plano diretor, por ser um negócio estático onde não se pode planejar para o terceiro milênio. O ideal, opinou, é um sistema de planejamento, através de um órgão qualificado técnica e politicamente para acompanhar a história do desenvolvimento urbano e realizar modificações na cidade.

A discussão extrapola a esfera acadêmica e chega ao Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). O presidente do IAB/DF, Aleixo Furtado, admite que a questão do tombamento de Brasília não foi convenientemente debatida com a sociedade. Contudo, considera mesquinhas as críticas ao decreto, explicando que tem a intenção de preservar os traços originais do Plano Piloto. "O decreto é grotesco e foi elaborado de forma ilegítima, autoritária e superficial", discorda o vice-presidente do IAB/DF, José Roberto Bassul. Para ele, o patrimônio histórico cultural não pode ser uma abstração da intelectualidade. O que efetivamente pode ser apreendido como patrimônio pela população que vivencia o espaço da cidade.

A lei orgânica do DF, no artigo 38, indica que as alterações são objeto de lei federal. O decreto do governador diz que não muda e sim preserva a lei, o que é visto por Bassul como "um chute de curva", baixado equivocadamente sem consulta ao legislativo. "Por isso, o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) levou o caso para o Congresso. Mas, enquanto a legitimidade do decreto é discutida pela bancada de Brasília, o governador José Aparecido defende-se: "Vamos preservar a obra de Lúcio Costa e Niemeyer das garras da espe-

culação imobiliária que age de tocaia. Os olhos do mundo estarão pousados em Brasília para defendê-la deste risco".

Vencedor de um concurso público, em 1957, o arquiteto Lúcio Costa planejou uma cidade com peculiaridade dos congressos internacionais de arquitetura, principalmente o que gerou a "Carta de Atenas", consagrando como princípios ideais de uma cidade os conceitos de áreas verdes, separação de setores residenciais e funcionais. Uma cidade única dentro destes preceitos de arquitetura moderna. No Brasil, temos as capitais do Piauí (Terezina) e de Goiás (Goiânia) como cidades planejadas. Pelo decreto, a manutenção do Plano Piloto será assegurada pela preservação de três escalas distintas: residencial, gregária e bucólica. Assim, José Aparecido eternizará a paisagem do Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional. Apesar de ser amigo pessoal do ex-presidente Jânio Quadros, ele não incluiu na preservação monumentos como o "Pombal", construído pelo atual prefeito de São Paulo, ou o "mastro da bandeira", obra do período militar, mas incluiu a manutenção de obras da sua administração, como o Panteão da Liberdade e a pira do fogo simbólico.

Brasília/Agência Estado